

EDUCAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA: SALA DE RECURSO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Jamaira de Souza D'ávila; Letícia Mendes da Silva

Universidade Federal do Acre
jamaira.davila@gmail.com
lety.mendes.silva@hotmail.com

Este trabalho teve como intenção inicial observar a descrição do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais na Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Diogo Feijó em Rio Branco no estado do Acre. Fundamentalmente, este objeto de análise busca contribuir para os estudos direcionados às temáticas que analisam o processo de uma educação inclusiva no âmbito do sistema público de ensino, em suma, a relevância dessa temática no contexto educacional. Este artigo científico tem como objetivo realizar um levantamento do âmbito escolar de como está sendo aplicado na instituição de ensino Padre Antônio Diogo Feijó o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no perímetro da rede pública estadual. A princípio buscaremos observar a situação da escola para com o atendimento dos alunos que dependem do AEE- Atendimento Educacional Especializado, buscando refletir acerca dos direitos e deveres do Estado, da família e da comunidade. Temos como apoio algumas bibliografias para fundamentação desta análise, sendo alguns subsídios legais que asseguram o atendimento especializado a pessoas com necessidades educacionais especiais, além disto, também contaremos com algumas cartilhas e manuais referente à educação inclusiva do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Estadual, como a cartilha *Pedagogia: Educação Inclusiva*, escrita por Fátima Lucília Vidal Rodrigues e Amaralina Miranda de Souza, em 2007 e outros materiais científicos. Sendo assim, através destas informações obtidas na instituição pesquisada, poderemos compreender como está sendo realizado o processo de inclusão de educandos com necessidades especiais na rede pública de ensino.

Palavras – chave: Educação inclusiva, sala de recurso, prática pedagógica.

Introdução

O presente artigo teve como campo de investigação a instituição de ensino fundamental Padre Antônio Diogo Feijó, localizada à Rua Ary Rodrigues no Bairro Abrão Alab na cidade de Rio Branco no estado do Acre. Que tem como gestor o Sr Francisco das Chagas dos Santos Lira. Esta pesquisa possibilitou o acesso para que possamos observar como se dá o cotidiano da inclusão de pessoas com na referida instituição.

Este trabalho tem como objetivo primordial a avaliação, através da experiência, da instituição de educação a qual estávamos estagiando o que nos possibilitou a aproximação com a realidade do processo de ensino das pessoas que dependem de um atendimento educacional especializado, por se tratarem de alunos com necessidades especiais. Esta experiência permitiu-nos uma familiarização com o ensino especial, que fará parte, futuramente de nossa realidade profissional e a partir das visitas na escola poderemos a então confrontar a teoria, exposta em sala de aula e a realidade que observamos na escola.

Neste sentido procuramos investigar se a forma como é feito o atendimento dessas pessoas no meio escolar é a correta. Entendemos, a partir das idéias teóricas e das leis a

importância dessa inclusão na educação, tendo como objetivo atender a todos os cidadãos. E quebrando com o paradigma de que esses alunos tem que ficar em casa isolados, pois são “incapazes”.

Esta na hora de abriremos nossos olhos e reconhecer as potencialidades desses alunos, bem como sua independência, acreditando que é fundamental deixar de lado a idéia arcaica de que as pessoas com deficiência são “coitadinhos” e “incapazes” e idealizando uma vida mais igualitária na sociedade agora devemos esta com os olhares “centrado nas possibilidades de vida desses corpos e não somente nas impossibilidades” (GAIO, 1999).

Glat (1998, p.45) afirma que:

Apesar da integração dos portadores de deficiência ser o discurso dominante na Educação especial no mundo todo, direcionando programas e políticas educacionais e de reabilitação, esses indivíduos, mesmo aqueles inseridos no sistema regular de ensino ou em empregos competitivos, continuam, na grande maioria dos casos socialmente isolados dos seus colegas não deficientes. (...) o problema não é, em sua essência, de natureza legal ou ocupacional, mas sim de natureza relacional, e somente sob esse prisma pode ser melhor compreendido, e quem sabe, minimizado. (...) a questão da integração dos deficientes envolve antes de mais nada o relacionamento entre essas pessoas e os considerados normais’.

Este trabalho teve importância para a compreensão das formas de inclusão e também acompanhamento de pessoas com necessidade educacionais especiais. Tendo como justificativa a observação de como se dá o AEE. Servindo como ponto de partida na perspectiva da aquisição de conhecimento mediante a investigação de forma prática, dos métodos aplicados no ensino educacional e conseqüentemente compreendendo a relação entre a teoria e prática, e obtendo saberes imprescindíveis que serão executados por nós, futuros profissionais da educação.

Além disso, é necessário entender que existe diversos estudos referente à importância da análise da educação inclusiva nas escolas da rede pública de ensino, pois a escola e concebida como uma instituição de educação formal, aonde se fundamenta a concepção dos direitos humanos. A partir disto fundamentamos a perceptiva que o processo de inclusão na escola e uma área que possibilita o processo das aplicações efetivas das políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008). Sendo assim, podemos compreender que a escola é este espaço que possibilita a todo este processo de inclusão, pois através dos mecanismos oferecidos pelo estado, torna efetivamente valida as propostas estabelecidas pela lei, onde garante a estes alunos condições para o acesso e permanência na escola. No Art. 205, da Constituição Federal diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E complementa dizendo que:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Art. 208 inciso III, Constituição Federal 1988).

No decorrer das análises textuais referentes à temática que abordam às necessidades educacionais observamos os princípios que estabelecem os usos das terminologias, que são aplicadas no cotidiano das pessoas com necessidades educacionais especiais. Apolônio do Carmo (1991) diz que a deficiência se torna relativa mediante ao ponto de vista de cada concepção do indivíduo, o que pode ser deficiente para um sujeito não é visto de tal maneira pelo o outro.

E ainda sobre isto Marly Guimarães (2003) afirma que esse conceito denominado “deficiência” é vinculado a características de descrição e valorização, sendo em impregnado durante todo o processo histórico valores sociais de âmbito econômico e cultural.

É importante destacar como é a convivência e o tratamento dos alunos ditos “normais” para com esses que dependem de um atendimento especial. Em nossas pesquisas podemos observar que muitos alunos que dependem do AEE têm certo tipo de receio de frequentar a sala de recursos, por vergonha a te medo de serem discriminados, mesmo que isso não aconteça na instituição onde desenvolvemos a pesquisa. Pelo contrario os alunos que dependem de um atendimento especial são bem recebidos e cuidados, tanto pela equipe da escola, quanto pelos próprios colegas de estudo.

Metodologia

A pesquisa foi realizada na Escola Padre Diogo Feijó onde desenvolvemos, através da investigação no espaço escolar, assim como também o acompanhamento do Atendimento Educacional Especial uma familiarização ainda maior com o assunto, que nos possibilitou e nos será útil em nossa formação como docente, permitindo-nos confrontar a teoria com a prática. Utilizamos para a pesquisa entrevista oral, com apoio de gravador e um questionário com perguntas específicas para o professor do AEE.

Questionamos acerca do atendimento educacional especial aplicado na escola, observamos também as relações de alunos especiais com a escola num todo, além de podermos verificar a acessibilidade da escola no processo de locomoção dos alunos no espaço físico escolar. Constatamos na escola uma acessibilidade para os alunos com deficiência o que esta instituído nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, onde determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Podemos destacar essas adaptações na escola para receber esses alunos, estruturalmente é uma escola de boa qualidade que se enquadra no decreto 5.296 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. E por segundo o artigo 8º da mesma para fins de acessibilidade, considera-se:

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (decreto 5.296/04, Art. 8º, 2004)

Realizamos um levantamento no âmbito escolar de como está sendo aplicado, na instituição de ensino Padre Antônio Diogo Feijó, o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais no perímetro da rede pública estadual. Observar a existência dos recursos didáticos e também a acessibilidade da escola. Buscamos Compreender as relações do processo de inclusão, como por exemplo, o movimento pela inclusão, a relação dos alunos com a comunidade escolar, a avaliação de aprendizagem, as adaptações curriculares e o uso de tecnologias, identificando a qualificação do corpo docente para o atendimento educacional especializado e analisando o quantitativo estatístico de alunos com necessidades educacionais matriculados na escola.

Resultados e Discussão

Através das observações desenvolvidas na escola, constatamos quando se refere à existência de recursos didáticos para o atendimento educacional especializado, que existe uma variedade de recursos como, por exemplo: a tecnologia assistiva que são programas que visam facilitar a vida do aluno, como Dosvox (para pessoas cegas), MC Dayse, dentre outros. Existem também alguns materiais que são confeccionados na sala de recurso, conforme a necessidade do aluno, que são chamados de baixa tecnologia como: alfabeto móvel, tampas de garrafas e vários outros. Isso é de suma importância para o aprendizado destes alunos, destacou a professora Márcia da sala de recurso em sua entrevista.

De acordo com Alves (2006, p. 14):

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de

complementação e suplementação curricular. A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngues. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

A Escola Padre Antônio Diogo Feijó no que se refere à parte arquitetônica é totalmente acessível, possuindo itens de suma importância para a inclusão e integração dos mesmos, como banheiros adaptados e rampas para melhor locomoção de pessoas em cadeira de roda. Ainda observamos que a escola possui um espaço amplo. Contudo, as salas de aula são pequenas. Já a sala de recursos apesar de ser pequena, pode se dizer que é uma sala completa quando se trata de materiais para o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais. Outro destaque em relação ao AEE é que a professora Márcia quando percebe que aqueles alunos matriculados na escola que não são assistidos pelas redes de apoio, não comparecem à escola. A mesma se dirige à casa dos alunos para realizar o acompanhamento e desenvolvimento junto às famílias dos mesmos.

A escola alvo dessa pesquisa é vista com bons olhos pela sociedade que necessita do atendimento educacional especializado, já que recebe todos os tipos de deficiência, mas é uma das poucas referências que se tem no estado, há algumas que ainda hoje possui uma segregação com máscara perfeita de inclusão, perfeita por enganar todos, pois a sociedade está conformada com tudo que é atribuído a ela, o discurso positivista e aceito e aplaudido de pé, mas educação inclusiva que tantos almejamos ainda tem muitas mazelas a serem consertadas, mas não vamos ser tão pessimista a inclusão evoluiu muito. Mas o que precisamos saber na verdade é que:

A agenda da educação inclusiva refere-se à superação de barreira, à participação que pode ser experiência da por quaisquer alunos. A tendência ainda é pensar em “política de inclusão” ou educação inclusiva como dizendo respeito aos alunos com deficiência e a outros caracterizados como tendo necessidades educacionais “especiais”. Além disso, a inclusão é frequentemente vista apenas como envolvendo o movimento de alunos das escolas especiais para os contextos das escolas regulares, com a implicação de que eles estão “incluídos”, uma vez que fazem parte daquele contexto. Em contrapartida, eu vejo inclusão como um processo que nunca termina, pois é mais que do que um simples estado de mudança, e como dependente de um desenvolvimento organizacional e pedagógico contínuo no sistema regular de ensino. (AINSCOW, 1999, pág. 218)

Na pesquisa foram utilizadas como fontes conceito das Leis, tais como: as resoluções nº 02, 04, 08, que tratam de algumas disposições a respeito das pessoas com necessidades especiais, cartilhas e manuais sobre educação inclusiva do Ministério da educação e da Secretaria de Educação: por exemplo, a cartilha “PEDAGOGIA: Educação Inclusiva” escrita por Fátima Lucília Vidal Rodrigues e Amaralina Miranda de Souza, em 2007 no governo de Arnóbio Marques.

O trabalho também teve embasamento em alguns artigos ligados a esse tema, como por exemplo, o de Lucídio Bianchetti, publicado na revista brasileira de educação especial no ano de 1995 e também a obra de Mel Ainscow publicado em 1999, este pesquisador é um dos mais renomados quando se fala em educação especial publicou mais de dez obras a esse respeito.

Quando se fala em leis que garante direitos as pessoas com necessidades especiais abre-se um leque de existência dentre elas: de acessibilidade, de assistência social, saúde, trabalho, educação que é o que iremos nos aprofundar. Não há como falar em direito à educação sem mencionar a LDBN, em especial a 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. As resoluções nº 02, 04 e 08 que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio; institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e por ultimo a que altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, respectivamente.

O movimento pela inclusão e integração dos alunos com a comunidade escolar, é processo árduo, porém, com significativos avanços, mesmo com todas as orientações que o professor do atendimento educacional especializado trabalha com professores, alunos, pais. Enfim ainda há muito que avançar.

Na escola, a comunidade é bastante participativa neste processo, mas o papel da família é fundamental no aprendizado e autonomia destes alunos, pois a escola por si só não consegue um resultado esperado. Porém com a contribuição e trabalho em conjunto com os pais e toda comunidade escolar, o sucesso é visível. A família contribui com a assiduidade destes na sala de recursos e a participação nos projetos e atividades da escola.

Segundo a professora da sala de recurso, o processo de inclusão se inicia no momento em que o aluno é matriculado na escola. Em sala de aula o aluno é acompanhado e inserido em todas as atividades e projetos na escola, onde o método avaliativo é executado conforme sua habilidade, através da sua participação em sala de aula ou a maneira que o professor achar viável como a adaptação de materiais, ou seja, o professor irá adaptar o assunto em formas de gravuras, dentre outros métodos. Mas, nem sempre da forma tradicional. Com isso chegamos à conclusão que a professora da sala de recurso é dedicada e utiliza todos os recursos possíveis para melhorar o desempenho dos alunos acompanhados pelo AEE.

Identificamos durante a pesquisa que a responsável pelo corpo docente possui formação e especialização na área da educação inclusiva, bem como cursos de libras, braile, dentre outros, seu nome é Márcia. E desde 2011 a professora trabalha na Sala de Recurso Multifuncional da escola Padre Antônio Diogo Feijó, o que lhe possibilita uma maior qualidade de atendimento a esses alunos.

No que se refere ao quantitativo estatístico dos alunos com necessidades educacionais matriculados na escola, identificamos que há 13 alunos com deficiência intelectual, 02 altistas, 01 aluno com deficiência múltipla, 01 com síndrome de down, 02 com paralisia cerebral, 01 com deficiência visual e 01 com deficiência auditiva/visual. Totalizando 21 alunos com necessidades especiais, o que para uma escola é um número muito grande de alunos, porém segundo a professora entrevistada isso ocorre devido à qualidade do atendimento oferecido pela escola.

No processo de atendimento das redes de apoio, verificamos que funciona da seguinte forma, 03 alunos com deficiência intelectual tem atendimento na APAE, e 03 alunos, sendo um deficiente visual, um com paralisia cerebral e um com deficiência intelectual são atendidos por outras redes de apoio, totalizando 06 alunos que são matriculados na escola, mas não frequentam a sala de recursos. O aluno atendido por redes de apoio não pode ser matriculado nas salas de recursos. Pois ele só pode ter apenas duas matrículas. Apesar disso ele é continua sendo responsabilidade da escola devida ser matriculado no ensino normal.

Conclusões

Portanto, o desenvolvimento do trabalho apresenta a importância da inclusão no espaço escolar dessas pessoas com necessidades especiais e o estudo realizado objetivou explicitar aos leitores uma aquisição do conhecimento sobre o Atendimento Educacional Especializado que é imprescindível no subsídio dos alunos que são dependentes em alguma área, em suma, os pressupostos fundamentais para a concretização dessa realidade no país incluem também o Estado, a família e conseqüentemente a comunidade. Fundamentalmente, a

escola apresenta acessibilidade, tendo a título de exemplo, o banheiro e rampas. Ou seja, a parte arquitetônica é fato na instituição, além dos recursos didáticos oferecidos aos mesmos. No que concerne na formação do docente na área, possuem cursos de formação com complementos, mas, não é suficiente para um aprendizado que alcance as complexidades dos alunos com necessidades especiais.

É relevante citar que alguns professores dessa área de fato possuem a capacitação adequada, porém, a realidade é outra, pois, os docentes da sala de aula não recebem essa formação completa, aos quais acaba sobrecarregando o educador da sala de atendimento educacional especializado. Identificamos que realmente a participação da comunidade e da família de forma imbricada é imprescindível no aprendizado e autonomia desses alunos, além das responsabilidades do Estado que é essencial nesse processo.

Portanto, podemos perceber que na Escola Padre Antônio Diogo Feijó existe um atendimento educacional especializado que conta com apoio do Estado, comunidade, família e as redes de apoio para um atendimento de qualidade com os discentes que possuem algum tipo de necessidade educacional especial.

Entretanto, acreditamos que em um futuro próximo pode-se aperfeiçoar ainda mais este atendimento, para que o processo de inclusão escolar possa atender os parâmetros curriculares que são estabelecidos pelas normas condicionantes e os manuais que o Ministério da Educação estabelece para o atendimento educacional especializado.

Referências

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006. Antares: Nobel, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 08. Altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução CD/FNDE no 26/2009. Brasília: MEC/FNDE, 2010.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

FERREIRA, Maria Elisa & GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GAIO, Roberta C. **Para além do corpo deficiente – História de vida**. Piracicaba: Unimep: 1999 [Tese de Doutorado em Educação].